

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 41/2013**

Período: 09/11/2013 – 15/11/2013

GEDES – Brasil

- 1- Presidente francês visitará o Brasil e poderá tratar do projeto FX-2
- 2- Sofia Macher defende a punição dos crimes cometidos pelo Estado contra o cidadão
- 3- Comissões da Verdade recebem críticas por baixo desempenho
- 4- Colunista relembrou a história de João Goulart, ex-presidente da República deposto por militares
- 5- Restos mortais do ex-presidente João Goulart foram exumados no dia 13/11/13
- 6- Presidente Uruguaio discute a retirada de tropas militares do Haiti
- 7- Militares perseguidos pelo regime foram ouvidos pela Comissão Nacional da Verdade
- 8- Cabos da reserva da Marinha discutem possibilidade de promoção
- 9- Governo brasileiro se concentra no desenvolvimento da defesa cibernética
- 10- Comissão pedirá que morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek seja reconsiderada
- 11- Operação Dínamo apreende explosivos

1- Presidente francês visitará o Brasil e poderá tratar do projeto FX-2

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, Silvio Queiroz avaliou que um possível tema na agenda da visita oficial do presidente francês François Hollande ao Brasil, no mês de dezembro, é venda de caças franceses para a Força Aérea Brasileira (FAB), visando concluir o processo de licitação do projeto FX-2. Entretanto, Queiroz ressaltou que a decisão final do projeto pode ser prorrogada para 2015. (*Correio Braziliense* – 09/11/13)

2- Sofia Macher defende a punição dos crimes cometidos pelo Estado contra o cidadão

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Sofia Macher, socióloga e ex-integrante da Comissão da Verdade do Peru, analisou a Comissão Nacional da Verdade brasileira e a necessidade de punir os crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985). Segundo a avaliação de Macher, a Comissão enfrenta o desafio de trazer à sociedade uma proposta de reflexão sobre trechos da história do país que devem ser reescritos, indo além da produção de um relatório final “que ninguém vai ler” e abrindo caminho para a punição dos crimes cometidos. Apesar do processo para revisão da Lei da Anistia (1979) estar além do poder delegado à Comissão, o órgão pode representar uma ruptura com a impunidade. Para Macher, a Anistia não deve valer para crimes de lesa-humanidade, mesmo que sirva para pacificar o país. Macher declarou considerar “assombroso” que o Brasil não esteja cumprindo a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que o ordenou a revisar a Lei da Anistia, uma vez que o país é um dos signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos. Para a socióloga, o fato de um país poderoso como o Brasil

ignorar uma sentença da Corte debilita o sistema interamericano de direitos humanos. Por fim, Macher reforçou a necessidade de punir os crimes cometidos pelo Estado contra o cidadão, pois a falta de punição “deixa uma mensagem muito ruim”. (Folha de S. Paulo – Poder - 10/11/13)

3- Comissões da Verdade recebem críticas por baixo desempenho

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) estimulou o surgimento de diversas comissões, privadas, estatais e municipais, que objetivam analisar os acontecimentos ocorridos no regime militar (1964-1985). Atualmente, estima-se que existam mais de cem comissões no Brasil; porém, o jornal ressaltou que apesar do entusiasmo na criação das comissões, os trabalhos realizados por elas acrescentaram poucas informações relevantes sobre os crimes cometidos pelo regime. Rosalina Santa Cruz, ex-presença política e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), avaliou que a falta de foco e a baixa articulação entre as comissões constituem as principais barreiras para o avanço das investigações. Apenas recentemente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação estabeleceu uma rede virtual para troca de informações entre as comissões. Rosalina apontou o exemplo da PUC-SP, que decidiu focar suas investigações em cinco casos de alunos que morreram durante o regime, estabelecendo convênio com as Comissões Nacional e do Estado para trocar informações. A PUC-SP pretende também enviar um pedido à Justiça para que os responsáveis pelas mortes sejam punidos penalmente. Para Gilberto Natalini, vereador da cidade de São Paulo e presidente da Comissão Municipal de São Paulo, e Jair Krischke, membro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, o fato das comissões locais não possuírem poder para convocar as testemunhas para depor dificulta as investigações. Krischke avaliou que as comissões correm o risco de focalizar apenas os casos que possuem maior repercussão pública em busca de visibilidade política, como a exumação dos restos mortais do ex-presidente da República João Goulart. Em entrevista ao *Estado*, Maria do Rosário, ministra da Secretaria de Direitos Humanos, afirmou que o surgimento de diversas comissões mostra uma nova geração preocupada com a defesa da democracia. Rosário rebateu a crítica de que a exumação dos restos mortais de Goulart possui motivos eleitorais, alegando que o “Estado brasileiro está cumprindo sua responsabilidade”. Segundo Rosário, a exumação foi pedida pela família do ex-presidente e só foi autorizada depois que uma investigação constatou que Goulart realmente havia sido perseguido durante seu exílio. A ministra argumentou ainda que a comissão atenderá aos pedidos de exumação de todas as famílias. Por sua vez, Adriano Diogo, deputado estadual e presidente da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, relacionou a baixa produtividade das comissões com a “falta de vontade política” do governo para abrir os arquivos das Forças Armadas. Em contrapartida, Carlos Frederico Guazelli, coordenador da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, não concordou com as críticas e alegou que o trabalho das comissões subsidiará, futuramente, a abertura de um processo penal. Quanto ao gasto para manter essas comissões, o *Estado* informa que apenas a CNV revelou seu orçamento, que em 2013 foi de R\$ 10 milhões. Natalini afirmou que diante das tarefas executadas pelas comissões os gastos são ínfimos, e que deve ser

levado em consideração o fato de que a maior parte dos arquivos estava destruída quando as investigações começaram. (O Estado de S. Paulo - Política - 10/11/13)

4- Colunista relembrou a história de João Goulart, ex-presidente da República deposto por militares

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo relembrou a história do ex-presidente da República João Belchior Marques Goulart (Jango), cujos restos mortais foram exumados por decisão da Comissão Nacional da Verdade. Azedo ressaltou a suspeita de que o ex-presidente tenha sido envenenado durante a Operação Condor, aliança político-militar entre os regimes militares do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai. Em 1961, na condição de vice-presidente da República, Goulart assumiu o governo após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, tendo forte apoio popular. Como condição ao cargo, Goulart aceitou o parlamentarismo; no entanto, no ano seguinte, convocou um plebiscito no qual o povo optou pela volta do presidencialismo. Em 1964, foi deposto pelos militares, acusado de comandar uma “república sindicalista” e tendo em vista o fracasso do Plano Trienal que levou ao descontrole da inflação. Segundo Azedo, falhas políticas como a tolerância com a revolta dos marinheiros e tentativa de mudança da Constituição foram apontadas como possíveis causas para sua deposição. Em 14/11/13, os restos mortais de Goulart foram recebidos com honras militares no Palácio do Planalto e representaram um marco na restauração da verdade a respeito das vítimas do regime militar (1964-1985). No dia seguinte, em reportagem para a *Folha de S. Paulo*, Carlos Fico, professor de história do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirmou que “exumar também significa retirar do esquecimento”. Segundo o professor, apesar de ter sido uma figura popular, Goulart foi rapidamente esquecido após sua deposição, pois “a censura do regime militar não permitia que seu nome fosse mencionado”. De acordo com Fico, nas últimas décadas a trajetória de Goulart voltou a ser estudada e as avaliações “apaixonadas, como as que foram feitas contra Goulart logo após o golpe de 1964” estão se alterando. (*Correio Braziliense* – 11/11/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 15/10/13)

5- Restos mortais do ex-presidente João Goulart foram exumados no dia 13/11/13

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 13/11/13 na cidade de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul, os restos mortais do ex-presidente da República João Goulart foram exumados e serão periciados para esclarecer a causa real de sua morte. Embora oficialmente o ex-presidente tenha morrido em função de um ataque cardíaco, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), a pedido dos familiares de Goulart, investigam a possibilidade de ter havido um envenenamento promovido pelas autoridades do regime militar (1964-1985). Segundo os jornais, compareceram à cidade de São Borja uma equipe técnica com peritos da Polícia Federal, especialistas estrangeiros e representantes da CNV, bem como os ministros da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República. Os restos mortais do ex-presidente foram levados para Brasília, capital Federal, em um avião da Força Aérea Brasileira, onde passarão por exames antropológicos e de DNA. O especialista consultado pelo *Correio*, Malthus Fonseca Galvão, ex-diretor do Instituto Médico-Legal (IML) do Distrito Federal, médico legista e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UNB), avaliou que é muito difícil para os peritos provarem qualquer tipo de envenenamento por sabotagem nos medicamentos que o ex-presidente tomava por conta de doenças cardíacas. Contudo, o fato do caixão estar intacto possibilitou aos peritos a retirada dos gases contidos nele antes da abertura, o que pode facilitar na busca por substâncias tóxicas. Em coluna opinativa do *Correio*, a jornalista Tereza Cruvinel afirmou que as circunstâncias da morte de Goulart provocaram também a sua “morte política”, o seu esquecimento. Segundo Cruvinel, ao contrário do que aconteceu com o ex-presidente, os demais oponentes do regime foram reabilitados, podendo inclusive voltar para a política, o que não foi possível para Goulart que morreu no exílio. A jornalista destacou ainda a importância e carga simbólica da determinação da presidenta da República Dilma Rousseff para que os restos mortais fossem recebidos com honras de chefe de Estado, em cerimônia que ocorreu na Base Aérea de Brasília. Segundo *O Estado*, os restos mortais foram recepcionados com “salva de 21 tiros de canhão, na presença da presidente Rousseff e de três ex-presidentes da República - José Sarney, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva”. *O Estado* destacou o gesto dos comandantes militares que bateram continência a Goulart. Ademais, de acordo com o periódico, a viúva do ex-presidente afirmou que a ação “é um resgate da memória do meu marido”. Segundo *A Folha*, durante a cerimônia, a família do ex-presidente deposedo declarou que “a dívida do Estado brasileiro está paga, mas a exumação de seu corpo ainda não é suficiente para finalizar o processo de investigação sobre sua morte”. Além disso, no dia 13/11/13, os senadores Pedro Simon e Randolfe Rodrigues apresentaram um projeto de anulação do ato que destituiu Goulart do cargo de presidente da República, viabilizando a tomada do poder pelos militares. *A Folha* relembrou que mesmo vivendo no exílio, o ex-presidente foi constantemente alvo de ameaças e que o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) continuou espionando-o. Em 2006, um agente da repressão no Uruguai afirmou ter participado de um esquema a mando do governo brasileiro que visava assassinar Goulart misturando veneno a seus remédios. (*Correio Braziliense* – 12/11/13; *Correio Braziliense* – 13/11/13; *Correio Braziliense* – 14/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 12/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 13/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 14/11/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 15/11/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 13/11/13; *O Estado de S. Paulo* – 15/11/13)

6- Presidente Uruguai discute a retirada de tropas militares do Haiti

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, José Mujica, presidente do Uruguai, se reuniu no dia 10/11/13 com a presidenta da República, Dilma Rousseff, para discutir, dentre outros assuntos, a retirada de tropas militares uruguaias da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que é chefiada militarmente pelo Brasil. Antes do encontro, o chefe da Casa Civil uruguia, Diego Canepa, declarou que “(...) existe uma preocupação do governo uruguio em relação à evolução da situação política naquele país e à

continuidade dos efetivos militares uruguaios". (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/11/13)

7- Militares perseguidos pelo regime foram ouvidos pela Comissão Nacional da Verdade

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão Nacional da Verdade, em conjunto com a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, promoveram no dia 11/11/13 a terceira audiência pública a fim de registrar depoimentos de militares e seus familiares que foram perseguidos pelo aparelho repressivo do regime militar (1964-1985). Segundo Paulo Ribeiro da Cunha, cientista político e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), os militares foram o grupo mais perseguido pelo regime, aproximadamente 30 mil. Durante o encontro foram ouvidos cinco depoimentos, dentre esses o coronel Vicente Sylvestre, ex-membro de uma célula do Partido Comunista Brasileiro (PCB) dentro da Polícia Militar de São Paulo. (*Correio Braziliense* – 12/11/13)

8 - Cabos da reserva da Marinha discutem possibilidade de promoção

De acordo com o *Correio Braziliense*, os cabos da reserva da Marinha discutiram com os representantes da Força militar, em uma audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados Federais, a possibilidade de equiparação do cargo de cabo aos quadros femininos e de Taifeiros. Não existe diferença de hierarquia entre as patentes, porém, os cabos querem a oportunidade de evoluir ao posto de suboficial. O brigadeiro do ar Aldo Miyaguti, representante da Marinha, alegou que a possibilidade de promoção se estende a todos os cargos, independente de uma lei que garanta o avanço automático; no entanto, as regras se modificam de cargo para cargo e não de acordo com a hierarquia. Atualmente, existem jurisprudências que permitem o direito de elevação de patente aos reservas. Segundo Miyaguti, a Marinha não se opõe, do ponto de vista financeiro, à promoção dos oficiais, uma vez que a União é responsável por essa despesa. (*Correio Braziliense* – 13/11/13)

9- Governo brasileiro se concentra no desenvolvimento da defesa cibernética

Em artigo opinativo para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Virgílio de Almeida, Secretário de política de informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e coordenador do comitê Gestor da Internet no Brasil, afirmou que a presidenta da República, Dilma Rousseff, declarou em seu discurso de abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas que redobrar os esforços para o desenvolvimento da defesa cibernética brasileira. A crescente dependência da rede aumentou o potencial de impacto que resultaria de uma falha ou interrupção da internet. Diante tal risco, o desenvolvimento de tecnologia para segurança e defesa cibernética tem sido prioridade para o governo brasileiro. Segundo Almeida, a segurança cibernética se refere “à proteção contra interferência ou ataques às atividades, às informações e aos serviços nos dispositivos digitais e redes”. Existem assimetrias no ciberespaço que dificultam sua proteção. Enquanto o custo para

se defender de ataques via vírus e robots é baixo, a proteção das redes do país exige um investimento alto. Outra dificuldade encontrada é o constante desenvolvimento de novas formas de ataque, que torna impossível a criação de um padrão de defesa baseado em ataques passados. Considerando que os países que possuem mais desenvolvimento nesta área não disponibilizam seus mecanismos de defesa no mercado, o único meio de melhorar a segurança no Brasil é o investimento em ciência e tecnologia. Almeida considera que além de se preocupar com o avanço tecnológico, o governo precisa estar atento ao desenvolvimento de uma regulamentação para o ciberespaço e de medidas econômicas e educativas. A regulamentação do ciberespaço tem como pilares do seu arcabouço legal o Marco Civil da Internet, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e a atuação do Comitê Gestor da Internet. Além disso, o desenvolvimento e capacitação tecnológica para defesa passam, necessariamente, pelo apoio a pesquisas do MCTI. O Secretário explicou que em 2012 o MCTI lançou o Programa TI Maior - programa estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – direcionado, principalmente, para defesa cibernética. No primeiro semestre desse ano, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) elaborou um edital de R\$ 60 milhões destinados a empresas de software nas áreas do Programa TI Maior, sendo a área de defesa com o maior número de interessados. Na avaliação de Almeida, as tecnologias desenvolvidas para segurança cibernética podem ser usadas tanto para fins militares e governamentais, como para fins civis. Essa dualidade gera um interesse estratégico, pois os ciberataques não se restringem às instituições do governo. Um investimento de cerca de R\$ 140 milhões deverá apoiar o desenvolvimento da autonomia brasileira no setor. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 13/11/13)

10- Comissão pedirá que morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek seja reconsiderada

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo solicitará à Comissão Nacional da Verdade que a causa da morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek seja reconsiderada. Em depoimento à Comissão, Carlos Alberto de Minas, perito aposentado que participou da exumação dos restos mortais de Geraldo Ribeiro, motorista de Kubitschek, em 1996, afirmou que havia um orifício no crânio dele. Segundo Minas, o orifício tinha o diâmetro de uma caneta e corresponderia à entrada de um de projétil de arma de fogo. Entretanto, Minas foi impossibilitado de fotografá-lo. (*Correio Braziliense* – 14/11/13)

11- Operação Dínamo apreende explosivos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 12/11/13 iniciou-se a Operação Dínamo, coordenada pelo Exército e com participação das Polícias Federal e Militares de quase todos os estados, além de órgãos como o Departamento Nacional de Produção Mineral. Segundo o Exército, o objetivo da ação é “intensificar as atividades de fiscalização de explosivos e produtos correlatos”. O periódico informou que nos dois primeiros dias de operação foram apreendidas 60 toneladas de explosivos em todo país. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 15/11/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).